



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019**

#### **ATA N.º 01/2019**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Convento dos Franciscanos, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, César Augusto Medeiros Pacheco, Edite Souto de Freitas Preto, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Pedro Miguel Sousa Rodrigues, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, André Carvalho Almeida e Paulo Ricardo Pereira de Melo.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado e Albertina Maria Costa Oliveira.

Esteve presente o Senhor Mário Rui Farias Pacheco, representante do Bloco de Esquerda, no Concelho de Lagoa, que interveio no período de intervenção aberto ao público.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos, nesta primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2019, no Convento do Franciscanos, em Santa Cruz, um dos ex-líbris da cidade de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quinta sessão ordinária, de 4 de dezembro de 2018.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os membros José Manuel Dias Pereira, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 5 de dezembro de 2018 a 26 de fevereiro de 2019, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros André Carvalho Almeida e Paulo Ricardo Pereira de Melo, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2019.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **PLANO CULTURAL DO CONCELHO DE LAGOA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Arq. Igor França, Coordenador da área da Educação e Cultura da Câmara Municipal de Lagoa, para apresentar o Plano Cultural e falar sobre cultura, conforme desafio lançado, na última sessão da Assembleia Municipal, pela Senhora Presidente da Câmara.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que não foi dado conhecimento, desta apresentação, no envio da convocatória aos Deputados Municipais. Em sua opinião, deveria de ser apresentada, no ponto "outros assuntos".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o desafio foi lançado na última sessão e entende que será uma mais-valia para todos tomarem conhecimento do Plano Cultural que está a ser desenvolvido no Concelho de Lagoa. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, saudou todos os presentes e referiu que nas últimas sessões da Assembleia Municipal tem sido recorrente falar-se sobre cultura. Na última sessão, este assunto foi alvo de debate e disse, conforme registado em ata, que esta sessão seria realizada no Convento do Franciscanos, com a presença do Arq. Igor França, Coordenador da área da Educação e Cultura da Câmara Municipal de Lagoa, para apresentar o Plano Cultural e falar sobre cultura. Acrescentou, que no decurso dos trabalhos desta sessão poderão ser novamente colocadas questões sobre cultura e faz todo o sentido que

a apresentação seja no início da sessão, pois poderão ficar esclarecidos com a apresentação do Arq. Igor França.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Arq. Igor França.

O Arq. Igor França, Coordenador da área da Educação e Cultura da Câmara Municipal de Lagoa, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e deu as boas-vindas ao Convento do Franciscanos, na Freguesia de Santa Cruz. Apresentou e explicou o Plano Educativo e Cultural, que está a ser desenvolvido no Concelho de Lagoa.

Apresentou todo o trabalho que está a ser promovido na Biblioteca Tomaz Borba Vieira, nomeadamente, nas zonas de leitura informal, nos depósitos e o trabalho na organização e higienização do Arquivo Histórico.

Destacou o apoio às Bibliotecas Escolares do Concelho, com a oferta de livros do Plano Nacional de Leitura, o Protocolo com a Rede Regional de Bibliotecas Escolares, o Clube de Leitura e as Oficinas às quartas-feiras.

Mais informou que está a ser desenvolvido o projeto "Biblioteca na Rua", a Newsletter da Biblioteca Tomaz Borba Vieira e o projeto "Sonhar o Sucesso".

Na área do Museu de Lagoa – Açores foi criado o Regulamento e a reformulação de núcleos pré-existentes - museografia pedagógica: Mercearia Central – Casa Tradicional; Casa da Cultura e Núcleo Museológico do Cabouco 1.ª fase (videojogo). Na criação de novos núcleos - museografia pedagógica: tem a Casa do Romeiro; a Coleção visitável da Matriz de Lagoa e o Núcleo Museológico do Presépio (oficina de arte bonecreira). Os Núcleos em fase de reformulação são: a Tenda de Ferreiro Ferrador e o Núcleo Museológico da Memória.

No âmbito das Boas Práticas Museológicas a Câmara Municipal de Lagoa está a colaborar na reformulação dos Núcleos Museológicos da Ribeira Chã e em contrapartida cederam um técnico que está a colaborar na organização do Arquivo Histórico.

Realçou, ainda, o II Encontro de Boas Práticas Educativas e a conceção do Caderno de Serviço Educativo.

Nos "Eventos e Atividades Exteriores" há as sessões do Inspiral e as sessões de Cidadania e Educação para a Política.

Em relação às sessões do Inspiral informou que são um conjunto de eventos que sinalizam os espaços culturais em todas as freguesias do Concelho de Lagoa. Não são eventos de massas, são pequenos eventos musicais que têm uma vertente pedagógica.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Arq. Igor França a apresentação de todo o trabalho que está a ser desenvolvido na área cultural no Concelho de Lagoa – Açores.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **APRESENTAÇÃO DE VOTOS:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar os votos recebidos na Mesa da Assembleia Municipal.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que em quase todas as sessões da Assembleia Municipal são apresentados votos de pesar, congratulação ou de louvor. Sugeriu que ficasse registado em ata qual o Grupo Parlamentar ou Deputado Municipal que apresentou os votos, mas quando fossem transmitidos aos visados fossem em nome da Assembleia Municipal, para evitar que sejam enviados à mesma pessoa mais do que um voto. Sugeriu que essa prática fosse também aplicada à Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que concorda com a sugestão apresentada.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e solicitou esclarecimentos sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa tomou conhecimento da apresentação de dois votos de pesar, pelo Grupo Parlamentar do PSD, e o Grupo Parlamentar do PS abdicou de também apresentar os votos, associando-se aos mesmos. Passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que, em reunião da Câmara Municipal, aconteceu cada Grupo Parlamentar apresentar um voto para a mesma pessoa e foram feitos dois ofícios com os dois votos para a mesma pessoa. Em outra ocasião, o Grupo Parlamentar do PSD associou-se ao voto, apresentando uma declaração de voto, o mesmo se pede neste caso.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e informou que compreende as preocupações do Deputado Municipal Frederico Sousa, em sua opinião, tem de haver bom senso, por isso apresentaram, em reunião da Câmara Municipal, uma declaração de voto, ao voto de pesar apresentado pela Senhora Presidente da Câmara pelo falecimento de Rui Manuel Maciel Costa d' Oliveira Ramos e não mais um voto de pesar, como aconteceu pelo falecimento de Aires Manuel Carvalho de Viveiros.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **VOTO DE PESAR – AIRES MANUEL CARVALHO DE VIVEIROS:**

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Lagoa, foi presente o Voto de Pesar pelo falecimento de Aires Manuel Carvalho de Viveiros, que abaixo se transcreve:

“Faleceu no dia 23 do passado mês de dezembro Aires Manuel Carvalho de Viveiros, casado com Mariana Viveiros e pai de 2 filhos, natural da Fajã de Baixo, residente neste concelho há muitos anos.

Aires Viveiros embora não tendo nascido na Lagoa, sempre emprestou o seu empenho e dedicação à nossa terra e seu povo, durante a sua vida exerceu com toda a retidão que lhe era reconhecida participações de cidadania, quer no desempenho de atividade política onde foi deputado municipal na Assembleia Municipal de Lagoa, quer partidária sendo um ativo militante do PSD, onde até recentemente exercia o cargo de vice-presidente da comissão política local, quer ainda como membro da direção do Centro Socio Cultural de S. Pedro.

Na memória de todos os que o conheceram, fica a lembrança de um homem íntegro, responsável e de trato fino, o seu percurso de vida é um exemplo a seguir.

Pelos motivos supra referidos o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nesta Assembleia Municipal, apresenta a votação, este voto de pesar pelo falecimento de Aires Viveiros, e solicita que os serviços desta assembleia façam chegar à família enlutada o seu teor e votação.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Aires Manuel Carvalho de Viveiros;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Pesar à família de Aires Manuel Carvalho de Viveiros;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **VOTO DE PESAR – RUI MANUEL MACIEL COSTA D’ OLIVEIRA RAMOS:**

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Lagoa, foi presente o Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Manuel Maciel Costa d’ Oliveira Ramos, que abaixo se transcreve:

“Faleceu no passado dia 31 de janeiro Rui Manuel Maciel Costa d’ Oliveira Ramos, filho de Manuel Augusto e Inês Ramos e irmão de Paulo Ramos, Rui Ramos era casado com Catarina Ramos e pai de dois filhos, Alexandra e Francisco.

A partida deste cidadão é efetivamente uma perda para o nosso concelho, Rui Ramos, não sendo um lagoense de nascença, adotou o nosso concelho como sua terra, tendo colocado o seu saber e dedicação à Lagoa de forma concreta e sentida.

Do seu percurso cívico destaca-se a sua passagem como deputado na Assembleia Legislativa Regional, assim como a sua presença na Assembleia Municipal de Lagoa e na vereação do mesmo concelho, esta última na sequência da candidatura efetuada à presidência da Câmara Municipal de Lagoa que ocorreu em 2009.

Rui Ramos foi ainda membro fundador do Instituto Cultural Padre João José Tavares e assumiu cargos de liderança na JSD e TSD, atualmente lecionava na Escola Antero de Quental, onde gozava da simpatia e amizade de colegas e alunos, com quem mantinha amizades sinceras e duradouras.

Na memória de todos nós ficará a lembrança de um homem que de forma convicta e hábil trato, exponha os seus pensamentos e ideais, ao mesmo tempo que fazia amizades.

Pelos motivos supra referidos o grupo parlamentar do Partido Social Democrata, nesta Assembleia Municipal, apresenta a votação, este voto de pesar pelo falecimento deste antigo membro desta casa, e solicita que os serviços desta assembleia façam chegar à família enlutada o seu teor e votação.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Manuel Maciel Costa d’ Oliveira Ramos;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Pesar à família de Rui Manuel Maciel Costa d’ Oliveira Ramos;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **VOTO DE PESAR - GILDA CAETANO CABRAL:**

Pelo Deputado Municipal Vítor Sousa foi presente o Voto de Pesar pelo falecimento de Gilda Caetano Cabral, que abaixo se transcreve:

“No passado dia 9 do corrente mês, faleceu na Vila de Água de Pau, de onde sou natural, uma Grande Mulher, GILDA CAETANO CABRAL, filha de António Caetano e de Amélia Cabral, lá nascida em 22/3/1926, pelo que tinha a prolecta idade de 92 anos. Pode-se dizer que era uma “Pauense de Gema”.

Tinha 4 irmãos, mais duas mulheres e dois homens. Três dos filhos daquele casal emigraram. Cá só vieram a ficar, após a morte dos pais, as duas irmãs solteiras.

Ao dizer-se que a Senhora Gilda, como era conhecida, era uma Grande Mulher, é-se obrigado a justificar. Podemos dizer com verdade, que desde muito jovem se dedicou à sua Terra e à sua comunidade.

No campo social, “fundou” em sua casa uma escola de jovens miúdos, digamos que, como uma “pré-primária”. Estávamos em 1939 e durou até 1951. Era conhecida por “Escola Paga”. Mais tarde, após frequentar um curso, foi regente escolar, tendo lecionado em Água de Pau e R. Chã; nesta desde fevereiro de 1955.

Com a criação pela nossa Igreja Paroquial e pela mão do Sr. Padre João Botelho Mota, de uma Escola Infantil, passou a dar os primeiros ensinamentos do **a b c** às nossas crianças, no período de 1965 a 1983, antes de entrarem para a Escola Primária oficial.

Mas não se ficou por aqui. Aprendeu música e piano com a Sr.ª D. Margarida Magalhães de Sousa, passando a ser organista do nosso Grupo Coral Paroquial, animando, e muito, as nossas Eucaristias, principalmente nas festas, mormente na festa da nossa padroeira, N. Sra. dos Anjos, que ela amava muito. E até deu aulas de música em sua própria casa.

Colaborou na nossa Igreja, na formação religiosa cristã dos nossos jovens, tendo, para além de dar catequese durante muitos anos, colaborado também no arquivo paroquial e em outras ações levadas a efeito pela sua e nossa Igreja.

Por tudo isto, e pelo muito que não fica dito, é digna de um voto de pesar pela sua morte por parte desta Assembleia, desejando o subscritor que tal fosse tornado público.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Gilda Caetano Cabral;
- 2.º** Dar conhecimento público deste Voto de Pesar;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO - 25º ANIVERSÁRIO DO GRUPO “SOM DO VENTO”:**

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Lagoa, foi presente o Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Grupo “Som do Vento”, que abaixo se transcreve:

“Fundado em 1994, em Santa Cruz, Lagoa, o Grupo “Som do Vento” comemora este ano o seu 25º Aniversário.

Ao longo deste quarto de século, este grupo tem revelado uma grande dinâmica no meio em que está inserido, assim como nos inúmeros lugares por onde tem passado.

Este é um projeto de forte integração juvenil proporcionando, através das artes performativas, como a dança, um exemplo de como os jovens conseguem ser felizes fazendo o que mais gostam, longe do que lhes poderia ser mais prejudicial.

Liderando estes jovens, ao longo deste tempo, estiveram vários dirigentes associativos que souberam manter o espírito inicial do grupo e um foco na dinamização cultural da Lagoa.

A dança, como grande aposta deste grupo, tem passado por inúmeros palcos da nossa e outras ilhas dos Açores, assim como pelo continente português, Madeira e estrangeiro.

Com este Voto de Congratulação queremos também homenagear o esforço e carinho que muitos ao longo dos anos depositaram neste projeto. De igual modo salientar a importância que todos devemos dar à dinâmica cultural no nosso concelho vindo da sociedade civil através das suas associações e agrupamentos.

Que estes 25 anos sejam um exemplo e incentivo para que surjam novos projetos e que os existentes continuem a trilhar o caminho do sucesso.

Este voto depois lido e aprovado deve ser dado ao conhecimento do Grupo “Som do Vento”.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Grupo “Som do Vento”;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Congratulação ao Grupo “Som do Vento”;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, referiu que há mais de um ano que apresentaram um pedido para que sessões da Assembleia Municipal passassem a ser transmitidas em direto, via internet, e continuam à espera de uma resposta. Questionou quando irão ser transmitidas as sessões desta Assembleia Municipal à semelhança do que acontece com as sessões das Assembleias Municipais de Vila Franca do Campo e de Ponta Delgada.

Mais referiu que as atas das sessões da Assembleia Municipal estão todas disponibilizadas no Portal do Município de Lagoa – Açores, mas o mesmo não acontece com as atas da Câmara Municipal, a última ata que está disponível refere-se a 30 de novembro de 2018, pelo que sugeriu a disponibilização das mesmas de forma a poderem acompanhar a atividade da Câmara Municipal de Lagoa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que em relação às transmissões das sessões da Assembleia Municipal este assunto já foi falado com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e entende que essas transmissões também deverão abranger as reuniões públicas da Câmara Municipal. É um assunto que está a ser estudado, mas no âmbito da Modernização Administrativa a Câmara Municipal tem tido outros compromissos e, ainda, não foi possível avançar com este assunto, mas logo que possível o mesmo será desenvolvido.

Em relação às atas da Câmara Municipal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que serão todas disponibilizadas e será adotado o sistema de disponibilizá-las, logo que aprovadas.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que não vê razão nenhuma para que não sejam transmitidas as sessões desta Assembleia Municipal, uma vez que a tecnologia é simples e fácil.

Mais referiu que foi pedido, em Assembleia Municipal, que fosse disponibilizado cópia do último relatório do LREC e o mesmo ainda não foi disponibilizado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que o mesmo já foi apresentado, em reunião da Câmara Municipal, para conhecimento dos Senhores Vereadores da Oposição, mas que o mesmo será enviado por e-mail, a todos os membros desta Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**



### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 2 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2018 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:**

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente o Relatório de Avaliação referente ao ano de 2018.

Por parte da Câmara Municipal foi cumprido o estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, pois foi enviado o Relatório de Avaliação de 2018, para direito de consulta prévia, aos titulares do direito de oposição, Vereadores do Partido Social-Democrata (PSD) e Membros da Assembleia Municipal do Partido Social-Democrata (PSD).

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, solicitou que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado usasse da palavra para expor a sua posição sobre o Relatório de Avaliação, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, referente ao ano de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que o referido relatório foi enviado, para direito de consulta prévia, aos titulares do direito de oposição, Vereadores e Membros da Assembleia Municipal do Partido Social-Democrata (PSD), de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição. Em reunião Camarária, este assunto foi discutido, tendo os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira apresentado uma declaração que está transcrita em ata, a qual foi disponibilizada a todos os Deputados Municipais. Acrescentou, que está disponível para esclarecer este assunto, mas não concorda em passar a palavra ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que concorda com os argumentos apresentados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e a informação sobre o assunto foi toda disponibilizada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, do Relatório de Avaliação de 2018, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição.

### **PONTO N.º 3 – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DE 2018 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente a informação acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2018, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, dos relatórios de execução referentes ao ano de 2018, nos termos do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores.

### **PONTO N.º 4 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO:**

Pela Câmara Municipal foram presentes as Declarações, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declarando que os compromissos plurianuais do Município de Lagoa, existentes a 31 de dezembro de 2018, se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, que a 31 de dezembro de 2018, o Município de Lagoa não tinha pagamentos em atraso e a indicação de todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, das referidas declarações, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação.

### **PONTO N.º 5 – MINUTA DO ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta corrigida do protocolo do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, atendendo que o aumento no valor de 12.000,00 € foi incluído no valor referente às despesas de capital, quando deveria ser no valor referente às despesas correntes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 6 – PROPOSTA - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA À RNCE - REDE NACIONAL DE CIDADES EXPERIMENTAIS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de adesão do Município de Lagoa à RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais surge como uma rede de experimentação de tecnologia para smart cities, completando o ciclo de desenvolvimento iniciado pelo programa da BIG Smart Cities - de pré-aceleração e aceleração de ideias, projetos e startups;

Tem como objetivo ligar Municípios às melhores startups nacionais e internacionais que estão a usar a tecnologia para melhorar a vida das pessoas que vivem, estudam, trabalham e visitam as cidades;

A RNCE facilitará a curadoria de quais as startups inscritas na Rede que vão melhor de encontro às áreas identificadas pelo Município e a aproximação entre as duas entidades, conseguindo assim ter a tecnologia a ser testada, em contexto real e ao serviço dos cidadãos;

A adesão do Município à RNCE corresponde uma quota anual de 1.000,00 € (mil euros), estando o primeiro ano isento.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para autorizar o Município de Lagoa – Açores a aderir à RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais.”

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, questionou se a RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais está associada ao projeto das Smart Cities. Perguntou ainda se a renovação é automática ou se carece de aprovação da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que não está diretamente associado ao projeto das Smart Cities. É uma Rede Nacional de Cidades Experimentais onde há partilha de informações e experiências entre os Municípios associados. A renovação é automática.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, referiu que procurou informações sobre este assunto e encontrou uma notícia no Nonagon. Questionou se há um documento orientador que contempla estas matérias.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que o Nonagon é uma Associação que tem o seu plano de atividades e desenvolve as suas atividades. Mais informou que têm planos distintos. A estratégia do Município de Lagoa, no âmbito da modernização administrativa e das Smart Cities, abrange as cinco freguesias do Concelho de Lagoa.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, solicitou acesso a esse plano de intervenção, no âmbito da modernização administrativa e das Smart Cities.

A Senhora Presidente da Câmara deixou um desafio, à semelhança do que aconteceu nesta sessão da Assembleia Municipal, da apresentação do Plano Cultural, no sentido de ser apresentado, em próxima sessão da Assembleia Municipal, a estratégia do Município, no âmbito da modernização administrativa e das Smart Cities, para conhecimento de todos os Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Autorizar o Município de Lagoa – Açores, a aderir à RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 7 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – O BORBAS:**

Foi presente a proposta de alteração do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, a qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 209 de 30 de outubro de 2018.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor e cinco abstenções dos membros Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar a alteração do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 8 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À REABILITAÇÃO DOS CENTROS URBANOS NO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente o Projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Reabilitação dos Centros Urbanos no Concelho de Lagoa - Açores, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, o qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 213 de 6 de novembro de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que foram disponibilizadas cópia das atas das reuniões da Câmara Municipal, com o registo das

intervenções sobre este assunto, onde foram acolhidas as sugestões apresentadas pelos Senhores Vereadores da Oposição e melhorado o documento inicial.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar o Regulamento Municipal de Apoio à Reabilitação dos Centros Urbanos no Concelho de Lagoa - Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 9 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS:**

Foi presente o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, o qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 213 de 6 de novembro de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que foram disponibilizadas cópia das atas das reuniões da Câmara Municipal, com o registo das intervenções sobre este assunto, onde foram acolhidas as sugestões apresentadas pelos Senhores Vereadores da Oposição e melhorado o documento inicial. A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que a área desportiva no Concelho de Lagoa tem crescido ao longo do tempo. O Regulamento que está em vigor não é específico para a área desportiva, pois contempla a área cultural e social. Foi entendimento que dada as especificidades da área desportiva seria importante criar um Regulamento que responsabilizasse os Clubes, no sentido de haver mais atletas e participantes. Mais informou que se começou a trabalhar nesta área já há algum tempo. Destacou que são celebrados com os Clubes contratos-programa, com o apoio financeiro, mas também há por parte da Câmara Municipal a atribuição de apoios não financeiros, designadamente, apoio logístico. Neste Regulamento, foram previstos os apoios financeiros e não financeiros, a atribuir aos Clubes, no sentido de haver uma maior transparência. Informou, ainda, que durante dois dias, por ano, os Clubes podem divulgar as suas atividades, de forma gratuita, convidando a comunidade a participar, com o objetivo de aumentar a prática do exercício físico e a prevenção de comportamentos de risco.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor e cinco abstenções dos membros Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 10 – PROPOSTA DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta da Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores, que incluiu as sugestões apresentadas pelos membros do Conselho Local de Educação de Lagoa, acompanhada do parecer positivo daquele Conselho Local de Educação, deliberado em reunião do Conselho, no passado dia 6 de dezembro de 2018.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que teve a oportunidade de ler a Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores e deu os parabéns à Câmara Municipal de Lagoa pela elaboração da proposta apresentada. É um documento bem elucidativo da ação educativa no Concelho de Lagoa, no qual também se pode detetar as fragilidades e aquilo que é necessário melhorar. Alertou para uma situação a ter em atenção no futuro, nomeadamente, para a lista de espera de crianças para creches e jardins-de-infância, que corresponde quase a 50 % da capacidade existente.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor e cinco abstenções dos membros Carlos Resendes, Ruben Cabral, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar a Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores, conforme previsto no número 1 do artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 11 – CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO (PARTICULAR) PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à cedência a título gratuito de uma parcela de terreno, sita à Fonte Velha (Avenida da Juventude) na freguesia do Cabouco, deste Concelho, com a área de 20m<sup>2</sup>, descrita na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 149/19870407/Cabouco e inscrita na matriz predial rústica sob o artigo 11, Seção R,

pertencente a Maria de Fátima Goulart Cunha da Silveira, para integração no domínio público municipal, aquando da execução da obra do caminho de ligação da freguesia do Cabouco aos 5 Caminhos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar a afetação da parcela de terreno acima identificada, para o domínio público Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 12 – PROPOSTA – INTRODUÇÃO DO CAMPO OBSERVAÇÃO NO CAPÍTULO IV E ALTERAÇÃO AO TEXTO DA 10.ª OBSERVAÇÃO DO CAPÍTULO VI DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Foi presente a proposta com a introdução do campo Observação no Capítulo IV e alteração ao Texto da 10.ª Observação do Capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve:

“Na sequência da aprovação, em sessão da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2018, conforme editais datados de 05/12/2018, da redução em 50% do pagamento de taxas para a ocupação do espaço público no âmbito do Licenciamento Zero para as empresas que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa, verificou-se que a sua redação, objetivamente, limita a amplitude que se pretendia atribuir, nomeadamente pela exclusividade da redução às ocupações diversas do domínio público municipal para a instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras e ao capítulo VI – Publicidade e Licenças, não sendo o mesmo passível de aplicação - quando se pretendia que fosse - à ocupação do espaço aéreo da via pública, capítulo IV, artigo 4.º, n.º 1 e n.º 2, tanto por mais que são, maioritariamente, coincidentes os requerentes das solicitações referidas. Nesse sentido importa, também, ter em consideração o esforço que representa, para os requerentes, os encargos destes licenciamentos, permitindo a sua incorporação nos planos de negócios sem, contudo, colocar em causa o seu equilíbrio, transversalidade e coerência.

Considerando o princípio da proporcionalidade e em harmonia com o referido, propõe-se a introdução do campo observação, no capítulo IV do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, e fomentando a equidade, promover a derrogação, em 2019, do prazo referido na 10.ª observação do capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, com as seguintes redações:

...

**CAPÍTULO IV**

**SECÇÃO I – OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO - LICENÇAS**

#### Artigo 4.º

#### Ocupação do espaço aéreo da via pública

...

#### OBSERVAÇÕES

Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2019, e com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2019 e promovendo os serviços às devidas diligências equitativas por todos os requerentes, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal, desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa, das ocupações referidas no n.º 1 e n.º 2 do presente artigo beneficiam das seguintes isenções e reduções:

Componente indexada à área de ocupação – isenção

Componente indexada ao tempo de ocupação – redução de 50%

....

#### CAPÍTULO VI

#### PUBLICIDADE – LICENÇAS

...

10.ª Quando o respetivo pagamento não for efetuado durante o mês de janeiro, o mesmo será acrescido de um agravamento de 50%, sendo este prazo excecionalmente derogado em 2019 até ao mês de março, promovendo os serviços as devidas diligências equitativas por todos os requerentes.

...”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta apresentada, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 13 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA AMISM PARA O ANO DE 2019:**

Pela AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel foi presente o ofício n.º 50/2018 P.22/2018 EXT, de 12 de dezembro de 2018, remetendo nos termos do n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos da AMISM, cópia do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, daquela Associação, para o ano de 2019.

Refere o n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos da AMISM que o plano e o orçamento são remetidos pelo Conselho de Administração às Assembleias dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a aprovação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



#### **PONTO N.º 14 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA – 2018:**

Pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lagoa (CPCJ) foi presente o ofício n.º 91/2019, de 30 de janeiro, remetendo o relatório anual de atividades daquela Comissão de Proteção, referente ao ano de 2018, o qual foi aprovado em reunião da Comissão Alargada no passado dia 30 de janeiro, conforme dispõe a alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação que refere que compete à Comissão Alargada aprovar o relatório anual de atividades e avaliação e enviá-lo à Comissão Nacional, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público.

A Deputada Municipal, Mónica Domingues, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que é com muito agrado que regista que o Município de Lagoa entende aqueles que são os princípios definidos na Lei de Proteção de Crianças e Jovens. Acrescentou que o desenvolvimento de uma comunidade depende muito da qualidade da infância e é com muito agrado que regista que o Município de Lagoa faz um grande investimento na infância, quer seja através do apoio financeiro, logístico ou administrativo que presta à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lagoa, que é obrigatório por Lei, mas também através de todas as áreas que intervém. Com apresentação do Plano Cultural, nesta sessão, puderam tomar conhecimento do trabalho que está sendo feito junto das crianças do Concelho de Lagoa. Deu os parabéns à Câmara Municipal e agradeceu todo o investimento na infância.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, destacou que continua a ser a única Comissão, com representantes desta Assembleia Municipal, que apresenta o seu relatório. Mais uma vez, referiu que seria de salutar para todos os membros desta Assembleia Municipal terem conhecimento das atividades das outras Comissões, com representantes deste Órgão Deliberativo.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, sugeriu que para a próxima vez que for agendado o relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, que estivesse presente na sessão da Assembleia Municipal, alguém daquela Comissão, que tivesse participado na elaboração do documento e pudesse prestar esclarecimentos a todos os membros presentes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 15 – OUTROS ASSUNTOS:**

Conforme disponibilizado a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução dos seguintes assuntos:

- Aquisição de parcela de terreno na Rua das Arrudas, Cabouco, para afetar ao domínio público do Município;
- Cedência a título gratuito de uma parcela de terreno do domínio privado (particular) para afetar ao domínio público do Município.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

### **AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO NA RUA DAS ARRUDAS, CABOUCO, PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à aquisição de uma parcela de terreno com a área de 460 m<sup>2</sup>, pelo valor de 3.220,00 € (três mil duzentos e vinte euros) a desanexar do artigo 40, Seção Q, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1940/19950323-Rosário, pertencente a Maria Alice Branco Pacheco Vieira Magalhães de Sousa, para integração no domínio público municipal, aquando da abertura de uma via perpendicular à Estrada das Comunidades, no sentido nascente/poente, que dá ligação à rua das Arrudas da freguesia do Cabouco.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar a afetação da parcela de terreno acima identificada, para o domínio público Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO (PARTICULAR) PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à cedência a título gratuito de uma parcela de terreno com a área de 50 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 18, Seção N, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sito à Canada da Igreja e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 01871/290894/Nossa Senhora do Rosário pertencente a Manuel Medeiros, para integração no domínio público municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar a afetação da parcela de terreno acima identificada, para o domínio público Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, referiu que na sequência do pedido apresentado pelo Deputado Municipal José Pacheco, para que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado usasse da palavra para expor a sua posição sobre o Relatório de Avaliação, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, referente ao ano de 2018, o número 3 do artigo 35.º (Participação dos membros da Câmara na Assembleia Municipal) do Regimento da Assembleia Municipal refere:

“Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo facultado intervir nos debates, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.”

Pelo que de acordo com aquele dispositivo legal, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado tinha toda a legitimidade em falar nesta Assembleia Municipal, a solicitação do plenário.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, novamente, que concordou com os argumentos apresentados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e a informação sobre o assunto foi toda disponibilizada.

Houve troca de impressões sobre o assunto, tendo a Mesa da Assembleia, destacado que a “solicitação do plenário” tem que ter a concordância de todos e não apenas o pedido apresentado por um Deputado Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que iria solicitar um parecer jurídico, sobre o assunto.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção do público e passou a palavra ao Senhor Mário Rui Farias Pacheco, que manifestou a intenção de intervir.

O Senhor Mário Rui Farias Pacheco, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que é o representante do Bloco de Esquerda, no Concelho de Lagoa, recentemente, constituído. Solicitou informação sobre o número de trabalhadores abrangidos por programas ocupacionais, quer ao serviço da Câmara Municipal, quer nas Juntas de Freguesia do Concelho. Igualmente, solicitou informações sobre a construção do Mercado Municipal de Lagoa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que viu a nota de imprensa apresentada pelo Senhor Mário Rui Farias Pacheco, sobre a construção do Mercado

Municipal de Lagoa, registou a sua atenção e desejou-lhe um bom trabalho nesta nova missão e também como jovem empresário no Concelho de Lagoa.

Sobre a questão do Mercado Municipal de Lagoa, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que na altura da crise, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de construir um Mercado Municipal na Lagoa, como sendo um fator de dinamização da economia local. Foi elaborado o projeto e começou-se a trabalhar nesta área. De acordo com o orçamento apresentado, o custo seria de um milhão de euros, pelo que a Câmara Municipal como não tinha capacidade para o construir, aguardou pela abertura das candidaturas a Fundos Comunitários. No âmbito da modernização do tecido empresarial local foi entendido que o Mercado Municipal não devia de ser um mercado tradicional, tinha uma componente de frescos, talho e hortaliças, mas também uma componente mais comercial, à semelhança do Mercado da Ribeira, em Lisboa. Devido ao pedido de construção do Hospital Internacional dos Açores, o projeto do Mercado Municipal foi redirecionado para outro lote do Tecnoparque. Independentemente, dos objetivos subjacentes à construção do Mercado Municipal, serem objetivos pertinentes, é reconhecido por todos que a construção do Hospital Internacional dos Açores prevaleceu sobre a construção do Mercado Municipal. Posteriormente surgiu o pedido do Grupo Hilton para a construção de um Hotel, no lote que estava destinado ao Mercado Municipal. Todos reconhecerão que é mais um investimento privado que trará riqueza e irá posicionar muito bem o Concelho da Lagoa. Não tem dúvida que qualquer outro Concelho, de qualquer outro partido político, aceitaria de “braços abertos” este investimento.

A Senhora Presidente da Câmara informou, ainda, que este projeto está suspenso. Dada a grande procura de investidores para a zona do Tecnoparque, não vão mudar novamente de lote, pelo que vão aguardar. Neste momento, aquele eixo de candidatura a Fundos Comunitários está também fechado.

Sobre o número de trabalhadores abrangidos por programas ocupacionais, quer ao serviço da Câmara Municipal, quer nas Juntas de Freguesia do Concelho, a Senhora Presidente, informou que iria recolher a informação e a mesma ser-lhe-ia transmitida.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente, desejou felicidades ao Senhor Mário Rui Farias Pacheco e agradeceu a sua presença nesta sessão da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados, e desejou a todos um bom Carnaval.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezoito horas, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---